

Álvaro de Vasconcelos

Esta homenagem ao Embaixador José Calvet de Magalhães assume, por opção, a forma de uma colectânea de ensaios sobre aspectos e temas marcantes da sua acção diplomática e sobre a obra de reflexão e ensaio que, a par e em contraponto dela, e transcendendo mais tarde a esfera da reflexão sobre as modalidades da acção para ingressar na esfera do pensamento político e da historiografia e da reflexão sobre política internacional, foi acumulando em acervo notável. Esta escolha deliberada, que nos permite incluir, sem descontinuidade, um inédito do homenageado, não nos impede também de publicar dois textos de pura e sentida homenagem: um de Gerald Salles Lane, sobre a dívida de gratidão que o Grémio Literário tem para com Calvet de Magalhães, e um poema – *A Man's Life* – da sua neta Lisa Marie, americana, luso-descendente, como a sua avó Linda, saudosa e espirituosa companheira de uma longa caminhada. Historiador de vocação, exilado durante quase meio século na diplomacia, a maior parte dos seus estudos são posteriores a 1985, altura em que, reformado da carreira, se tornou Presidente do Conselho Geral do IEEI e reatou em dedicação exclusiva a de investigador e ensaísta, com uma larga incursão também pelo ensino.

Para Calvet de Magalhães a diplomacia, como conceito rigoroso, é a arte da paz, que se exerce pela procura do compromisso, pela valorização da tolerância e a força persuasiva dos estímulos, pela procura de regras e de referências comuns. O seu instrumento de eleição é a negociação, contrária da imposição. É a sua concepção kantiana da diplomacia pura que, como escreve Gonçalo Santa Clara Gomes, não se ocupa da guerra e nem mesmo das sanções económicas, pois esses «seriam instrumentos violentos da política externa, em contraste com o instrumento pacífico que é a diplomacia». Quando a guerra rebenta é porque a diplomacia fracassou e desta se devem ocupar não os diplomatas mas os políticos, a quem compete a definição e condução da política externa e o manejo dos instrumentos da coacção.

O seu apego à paz como valor e à diplomacia como seu instrumento, a sua convicção profunda de que a função essencial do diplomata é a de «fazedor da paz», constitui um traço forte do seu humanismo que faz de Calvet de Magalhães um herdeiro do «pensamento liberal e humanitário», como ele próprio o define, de Andrade Corvo, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros de 1871 a 1879. É clara a sua filiação no pensamento liberal da geração de 70, de Eça e de Antero de Quental, a quem, aliás, dedicou duas biografias, a par do seu Garrett, um ardente combatente do liberalismo. A virtude do biógrafo, exacto e meticulosamente apoiado, enaltecida pelo grande crítico e ensaísta brasileiro que é António Cândido, é aqui sumariamente inventariada sobretudo porque para o seu autor, como salienta Guilherme d'Oliveira Martins, «as biografias funcionam como um modo de interrogar activamente os caminhos da inovação e da mudança».

Alguns dos passos mais recentes na sua carreira – como os primeiros dias da democracia reencontrada e os esforços subsequentes para o seu reconhecimento internacional ou a negociação sobre a Concordata a seguir ao 25 de Abril – não são referidos neste volume, do mesmo modo que ficaram de fora episódios importantes em que directamente se exerceu a sua acção diplomática no antigo regime, como a questão de Macau, Moçambique e a Rodésia, as manobras que rodearam a admissão da República Popular da

China nas Nações Unidas, e certamente vários outros. Optámos por aquilo que nos pareceu essencial na actividade de Calvet de Magalhães, e especialmente relevante para o Portugal do século XXI: a procura de um caminho europeu para Portugal e de uma relação sólida com os Estados Unidos, como campo prático de aplicação do exercício da diplomacia pura. Só o regime democrático iria permitir desenvolver plenamente estas duas dimensões, uma como outra, que, no final da Segunda Guerra Mundial, eram já os temas fortes das manobras de bastidores de um grupo de diplomatas em princípio de carreira, entre os quais Calvet de Magalhães.

Tendo entrado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1941, em plena guerra, recusou o nacionalismo ideológico, fruto do ódio dos outros, o conceito de soberania absoluta, que então estava tanto na moda em Portugal e que foram a causa da terrível tragédia europeia e mundial. Como escreveu anos mais tarde em «Portugal na Europa: o caminho certo», notável artigo em defesa do Tratado de Maastricht publicado na *Estratégia*, o nacionalismo ideológico, anti-europeu, «é uma atitude doutrinária que considera os valores nacionais como valores absolutos, opondo-se a tudo que obrigue, em nome de superiores valores humanos, a reconhecer a relatividade dos valores nacionais». Nas circunstâncias do debate europeu que, também em Portugal, se seguiu à queda do Muro de Berlim, Calvet de Magalhães critica os que se opõem aos avanços no sentido da união política e olham com desconfiança os acordos «particularmente aqueles que criam associações entre Estados e que possuem um carácter internacional». Ao nacionalismo, opõe o patriotismo, que tira benefício para o seu país da interdependência, do livre comércio e da participação na comunidade internacional. Patriotismo que assenta num amor tranquilo pela sua Pátria, o amor natural dos seus, que não se alimenta da desconfiança nem de ódios e rancores pelas outras nações. Bem pelo contrário, é enorme a sua admiração por todas as nações em que viveu e trabalhou, sejam os Estados Unidos, a França ou a Itália.

Não é, pois, de estranhar que desde muito novo tenha sido um entusiasta da integração europeia e tenha sido, com o Embaixador Ruy Guerra, um dos promotores de uma política de aproximação à Europa. O aparecimento e crescimento de uma corrente internacionalista e pró-europeia nas Necessidades, durante o antigo regime, é talvez um dos aspectos mais interessantes da história diplomática portuguesa do pós-guerra. Vários ensaios abordam aqui esta aventura tranquila, quase sempre a contracorrente, mas bem sucedida naquilo que era possível, ou seja, a participação de Portugal nos organismos europeus de cooperação económica, o que permite poder afirmar-se que o processo de integração europeia de Portugal não começou com a adesão à Comunidade, em 1986. Foi um processo gradual que sensivelmente principiou com a participação na precursora da OCDE, a Organização Europeia de Cooperação Económica, cujo objectivo era aplicar o plano Marshall, de que Portugal veio a beneficiar com algum atraso, prosseguiu com a adesão à EFTA (e indirectamente e por arrastamento ao GATT) e se consolidou finalmente com o acordo de associação com a CEE, de Julho de 1972. Deste lento rumar à Europa, em que Calvet de Magalhães teve um papel central, nos dão conta alguns dos que nele foram também intervenientes, como José Silva Lopes, que analisa a influência da EFTA na economia portuguesa, e Luís Figueira, que expõe o percurso de aproximação de Portugal à integração europeia, e estudiosos do tema, como Nicolau Andresen Leitão, que aborda o processo de formação da EFTA. O seu apego às ideias de Jean Monnet e Robert Schumann, cuja acção acompanhou enquanto esteve em Paris, faz de Calvet de Magalhães, como mostram os ensaios publicados, um dos pioneiros do europeísmo em Portugal.

A desconfiança do antigo regime em relação ao processo de integração europeia só era comparável à que nutria pelos Estados Unidos, que desmentiam com a sua enorme estabilidade política e crescente progresso económico as teses de Salazar sobre o fracasso das democracias à luz das dificuldades que

atravessaram na Alemanha e na Itália. Também segundo Calvet de Magalhães, era a tradição anticolonial americana a razão essencial do anti-americanismo da direita tradicional em Portugal. A par da integração europeia, promover relações sólidas com os Estados Unidos foi o outro traço marcante da acção diplomática de Calvet de Magalhães. Antes de 1974, as relações com as democracias, europeias e americana, eram as duas componentes essenciais de uma política internacionalista portuguesa. Para Calvet de Magalhães, não existe naturalmente contradição entre a opção europeia de Portugal e as relações com os Estados Unidos, que no seu entender mutuamente se reforçam, o que o leva a preconizar uma política euro-atlântica que defende em diversos textos publicados na *Estratégia*.

A esse tema volta com um ensaio neste livro, reafirmando a sua perspectiva, agora em novas e mais difíceis circunstâncias. O seu internacionalismo e a sua crítica do nacionalismo são aliás uma componente essencial da sua eficácia como negociador, amplamente comprovada nas negociações várias que dirigiu com os Estados Unidos, com o objectivo de vencer o enorme défice político e económico que as caracteriza, primeiro por desconfiança dos governantes do antigo regime, depois por incapacidade do novo em tirar partido da locomotiva da economia mundial que foram no século passado os Estados Unidos. A negociação do acordo das Lages de 1983, o seu último grande acto diplomático, é demonstrativa dessa preocupação. Para José Gregório Faria, que aqui a analisa, o objectivo central do acordo foi dar dignidade às relações luso-americanas e recompor o apagado perfil de Portugal nos Estados Unidos, que, como salienta, «foi a pertença de Portugal à União Europeia que acabou por alterar para melhor a imagem de Portugal aos olhos americanos». Trata-se, hoje ainda, de resolver a dilemática contradição entre a afirmação de atlantismo por parte das elites portuguesas e a redução quase absoluta dessas relações à cedência da base das Lages. *Portugal: um paradoxo atlântico* é, aliás, o título de um dos livros do IEEI de que Calvet de Magalhães é co-autor.

Uma das suas preocupações, cujos reflexos se fizeram sentir no concreto, foi dar conteúdo prático às grandes prioridades da política externa portuguesa, superando uma certa tendência para a retórica, que esteve, durante muitos anos particularmente presente nas relações luso-brasileiras. Na sua *Breve História das Relações Luso-Brasileiras*, iniciativa do IEEI, demonstra as condições únicas do ponto de vista humano e cultural para que esse relacionamento frutifique. Por isso também, o seu empenho de sempre em dar tanto um teor político como económico às relações entre Portugal e o Brasil, cujo aprofundamento tem hoje, como salienta Celso Lafer no ensaio aqui publicado, «o respaldo da acção do comércio e dos investimentos dos dois lados, inseridos no contexto de uma perspectiva moderna, ajustada às realidades do cenário internacional contemporâneo».

Este livro sobre um praticante e um historiador da diplomacia muito ficou a ganhar com o perfil de José Calvet de Magalhães feito por um seu dos seus pares, na diplomacia como na historiografia, Fernando Castro Brandão – que, na sua qualidade de presidente do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, se associou à empresa de publicação deste livro e a viabilizou através de um apoio generoso. Particular menção não pode deixar de ser feita a um outro embaixador, Luís Figueira, de cuja colaboração nos seus primeiros passos esta obra é particularmente devedora. No geral registo de gratidão a todos e cada um dos colaboradores, quero igualmente incluir quantos no IEEI participaram nas várias fases de preparação deste volume e se associaram anonimamente a esta homenagem, sabendo embora que o fizeram com o particular gosto e a enorme amizade que não pode deixar de suscitar uma longa e proveitosa convivência. A relação de José Calvet de Magalhães com o IEEI – quase vinte anos como que de conversa ininterrupta sobre a diplomacia, a política externa portuguesa, a Europa e o mundo, a par do conselho sábio e oportuno e do apoio sempre certo e seguro – é para todos nós motivo de grande e

justificado orgulho. A sua colaboração intelectual, expressa em dezenas de textos publicados em livros, na *Estratégia e n'O Mundo em Português*, e em tantas outras intervenções em conferências, constitui parte importante do património que dá testemunho visível de uma reflexão original e única sobre a política internacional.